

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Acessibilidade de deficientes auditivos na atenção primária: uma reflexão sociocultural sob o olhar da enfermagem

Accessibility of the hearing impaired in primary care: a sociocultural reflection under the perspective of nursing

Brenda da Silva França;¹ Victória Ribeiro Teles;² Taís Souza Rabelo;³ Paulo Ricardo dos Santos Pinheiro;⁴ Gabriel Maranduba Littleton Lage;⁵ Márcia Cristina Moccellini;⁶ Marilei de Melo Tavares⁷

1 Acadêmica de Enfermagem. Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil – brendasf9@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-4348-4194>

2 Acadêmica de Enfermagem. Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil – viictoria.rt@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-7380-1114>

3 Acadêmica de Enfermagem. Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil – tatasrabelo@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-9840-9298>

4 Acadêmico de Enfermagem. Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil – paulo.rsp97@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-5504-396X>

5 Enfermeiro. Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil – gabrielmaranduba@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-6134-8308>

6 Mestranda, Universidade Federal Fluminense-MPES, Niterói, RJ, Brasil – marciamoccellin@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-4401-2356>

7 Doutora, Universidade Federal Fluminense-MPES, Niterói, RJ, Brasil – marileimts@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-3276-0026>

Palavras-chave:

Enfermagem; deficiente auditivo; atenção primária; comunicação.

Resumo: Segundo o levantamento realizado pelo IBGE em 2010, no Brasil, há cerca de 2 milhões de pessoas que possuem problemas auditivos severos, e 344,2 mil pessoas são surdas. Portanto objetivou-se com esse estudo promover uma reflexão para avaliar o nível de acessibilidade disponibilizada no atendimento de pessoas com deficiência auditiva na atenção primária à saúde. Optou-se por um estudo com coleta de dados realizada a partir de um levantamento bibliográfico aliado à experiência vivenciada pelos autores na realização de uma revisão sistemática. Com os resultados encontrados a partir da reflexão realizada nos artigos selecionados, pudemos listar quatro pontos em comuns entre eles, na qual se destacam as Políticas Públicas que auxiliam na acessibilidade, são eles: Obstáculos na comunicação entre o profissional e o deficiente auditivo, Políticas públicas que auxiliam na acessibilidade, Desafios históricos e socioculturais encontrados na vivência do deficiente auditivo e Visão da equipe multiprofissional frente ao acolhimento e acessibilidade. Considerando esses aspectos, ficou nítido que o atendimento ao deficiente auditivo possui vários empecilhos sociais e culturais, e que o enfermeiro possui papel fundamental na prevenção e promoção da saúde desse grupo.



Keywords:

Nursing; hearing impaired; primary attention; communication.

Abstract: according to the survey carried out by the IBGE in 2010, in Brazil, there are about 2 million people who have severe hearing problems, and 344.2 thousand people are deaf. Therefore, the objective of this study was to promote a reflection to assess the level of accessibility made available in the care of people with hearing impairment in primary health care. We opted for a study with data collection carried out from a bibliographic survey combined with the experience lived by the authors in carrying out a systematic review. With the results found from the reflection carried out in the selected articles, we can list four points in common between them, in which the Public Policies that help in accessibility stand out, they are: Obstacles in communication between the professional and the hearing impaired, Public policies that help in accessibility, Historical and sociocultural challenges found in the experience of the hearing impaired and Vision of the multidisciplinary team regarding reception and accessibility. Considering these aspects, it was clear that the care for the hearing impaired has several social and cultural obstacles, and that the nurse has a fundamental role in the prevention and health promotion of this group.

Introdução

No Brasil, há cerca de 9,7 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência auditiva, dois milhões dessas pessoas possuem problemas auditivos severos, e 344,2 mil pessoas são surdas (IBGE, 2010). Do ponto de vista comparativo, esses dados revelam números muito baixos em relação a população absoluta. No entanto, é certo que, ao observar de forma analista, os dados revelam um grande contingente de pessoas que possuem esta deficiência. Logo, como têm sido a relação desse grupo populacional com os processos de saúde no campo da Atenção Primária em nossa era pós-moderna? Visto que, trata-se de uma população que pode ser considerada como numerosa, além de possuir características que se tornam barreiras para a acessibilidade e para o cuidado efetivo.

O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) tem por objetivo incentivar a melhora da qualidade dos serviços de saúde prestados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Esse programa propõe um conjunto de estratégias para qualificação, acompanhamento e avaliação do trabalho realizado pelas equipes de saúde (BRASIL, 2015). Com isso, a Atenção Básica recebe recursos e incentivos federais a fim de que haja treinamentos e capacitações da equipe, aquisição de materiais e melhoria da infraestrutura. Além disso, a acessibilidade e o acolhimento são ferramentas necessárias nos serviços de saúde, pois é sabido que a UBS é a porta de entrada preferencial do SUS, e como tal, deve estar preparada para receber todos os tipos de pessoas, assegurando a integralidade, equidade e universalidade.

De igual modo, a RAS (Redes de Atenção à Saúde) foi criada e implantada com o intuito de trazer eficiência e efetividade, melhorando assim, o padrão de saúde populacional,

através dos pactos pela vida, gestão e defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2010). Sendo assim, a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência é apoiada pela RAS, para proporcionar qualificação, informação/conhecimento, promoção da saúde e vigilância, no âmbito da Atenção Básica. Portanto, é neste cenário que o grupo, minoritário, de deficientes auditivos está presente, mas que, ao mesmo tempo, se encontra à margem da maioria dos processos de saúde, uma vez que existe um déficit de comunicação, preparo e de recursos, os quais fazem separação entre a pessoa surda e a Atenção Primária.

No contexto de era pós-moderna entende-se que o deficiente auditivo pode ter sua vivência entendida em constante conflito de interesses pelos desejos individuais e os desejos da sociedade em si, considerando que a mesma cria uma imagem de um ser normal, devido a atribuição de qualquer diferença a uma patologia, portanto, pode-se identificar a ocorrência de uma discriminação enraizada ao pensar que quando uma pessoa precisa de um certo apoio em algumas situações, logo, é uma pessoa que trará mais despesas ao Estado, produzindo assim uma falta de acesso ao básico por ser mais caro (BAUMAN, 1998).

Sob esse prisma, entende-se que existe um medo natural de uma pessoa que se depara com uma situação do “diferente”. Este medo pode ser compreendido como um receio de julgamentos alheios somados a falta de informação e conhecimento acerca de algum tema tido como discriminado e ignorado pela sociedade. No entanto, não é natural que um profissional de saúde deixe-se dominar por este medo deixando de lidar de forma empática com as diferenças.

Com isso, deve existir uma busca de ir contra essa segregação produzida pela discriminação, de modo que se interpreta que os indivíduos, na hodiernidade, necessitam ser tratados e cuidados, respeitando as suas diferenças e particularidades. Sendo assim, a enfermagem, que é compreendida como a ciência do cuidar, precisa utilizar conceitos que auxiliem a sua prática, o que vai ao encontro da chamada teoria do cuidado cultural defendida pela enfermeira Madeleine Leininger. Nesse sentido, o paciente assistido precisará ser visto e entendido dentro do seu contexto holístico e/ou cultural (BRAGA; SILVA, 2011, p. 159).

Além disso, foi declarado que o direito à saúde é universal, sendo a mesma considerada uma condição necessária para uma vida digna (BRASIL, 1988). Aliado a isso, a saúde é conceituada como um pleno bem-estar físico, mental e social, estando diretamente ligado às necessidades do homem (OMS, 1946). Destarte, ao colocar a saúde como um aspecto social, haja vista que é um direito de cidadania, tem-se a ideia de que os tratamentos devem ser fornecidos de forma igualitária a todos os indivíduos. A partir daí, o presente

estudo tem como objetivo refletir sobre o acesso dos deficientes auditivos à saúde no contexto da Atenção Básica.

Metodologia

Considerando a ausência de informações sobre prevalência e características da acessibilidade na atenção primária em saúde, optou-se por um estudo com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico, e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão sistemática.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca no portal eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em que foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Pessoas com deficiência auditiva”; “Acesso aos serviços de saúde” e “Atenção primária à saúde”, além de outra combinação de descritores: “Pessoas com deficiência auditiva”; “Atenção primária à saúde” e “Enfermagem”.

Foram selecionados dez artigos, lidos na íntegra, evidenciados no quadro a seguir, que serviram de base para estudo reflexivo da temática em questão.

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise.

No. Artigo	Título	Periódico	Ano
1	Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa	Ciencia y Enfermeria	2016
2	Ambiente Virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de Atenção Básica	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2014
3	Percepções de sujeitos surdos sobre a comunicação na Atenção Básica à Saúde	Revista Latino-Americana de Enfermagem	2019
4	Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde	Saúde e Sociedade	2009
5	Aprendizagem do agente comunitário de saúde para identificar e cadastrar pessoas com deficiência	Acta Paulista de Enfermagem	2014
6	Da invisibilidade à participação social: promoção da saúde em pessoas com deficiência	A Revista Brasileira em Promoção da Saúde	2015
7	Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível	Revista Brasileira de Epidemiologia	2020

No. Artigo	Título	Periódico	Ano
8	Calidad asistencial percibida y satisfacción de las personas sordas con la atención primaria de un Área de Salud de la Región de Murcia	Enfermería Global	2019
9	Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo	Revista Baiana de Enfermagem	2018
10	A (in)visibilidade do surdo na atenção primária: relato de experiência	Revista Baiana de Saúde Pública	2018

Fonte: Autores.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos na íntegra publicados em português, inglês e espanhol que retratam a temática referente à revisão. Quanto aos critérios de exclusão foram aqueles que não abordavam o tema central do objetivo deste artigo e estudos que não tinham como cenário a Atenção Básica.

Resultados e discussão

Obstáculos na comunicação entre o profissional e o deficiente auditivo

Em um estudo destacou-se que a pessoa que possui deficiência auditiva tem grandes problemas para estar inserido em meio social, visto que a audição é um sentido muito importante para que a troca de informações seja rápida e efetiva, e a falta da mesma traz muitos obstáculos, além disso, a maior parte da população não se interessa por aprender Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), logo, esta questão reflete nos locais de atendimento à saúde, pois os pacientes auditivos não frequentam os serviços de saúde com assiduidade, e, com isso, eles acabam por enfrentar dores e possíveis pioras em suas clínicas (RODRIGUES, 2014, p. 732). Porém, é válido ressaltar que, em território nacional, a LIBRAS pode ser considerada recente, ao passo que somente no ano de 2002 que foi elaborada a Lei nº 10.436 com intuito de reconhecê-la diante do campo jurídico. Já em 2005, houve a regulamentação do Decreto nº 5.626 que veio garantir a inclusão desta língua como disciplina de cursos para professores e fonoaudiólogos (CARLOS; MARIANI; GOMES, 2019, p. 37).

Sabe-se que tanto a comunicação verbal e a não verbal, são essenciais no atendimento ao paciente, pois auxiliam em uma boa avaliação do estado clínico e psíquico do entrevistado.

As principais queixas levantadas são: problemas de comunicação durante exame clínico e anamnese; dificuldade de entendimento sobre a prescrição, o que interfere na segurança medicamentosa; falta de informação sobre qual a melhor forma de comunicação não verbal para o paciente surdo; além de dificuldades na sala de espera e para agendamento das consultas (CONDESSA et al, 2020, p. 3).

Outro estudo destacou que quando não há presença de LIBRAS o paciente surdo acaba optando por não frequentar uma unidade de saúde, e esse fato se agrava mais quando os profissionais da saúde não dominam a língua oficial da comunidade surda (83% dos pacientes com deficiência auditiva afirmaram que receberam atendimento por profissionais que não conhecem a língua dos surdos), logo, verifica-se que a taxa de desistência por esses fatores é de 63% (SANTOS, 2019, p. 3). Sendo assim, facilitadores para a comunicação, são os profissionais de saúde capacitados em LIBRAS e investimento em materiais interativos/ilustrativos para uma comunicação efetiva não verbal.

Os facilitadores à comunicação mais prevalentes foram: profissionais para acolhimento (21,1%), disponibilidade de lista de serviços acessíveis para pessoas com deficiência (10,8%) e desenho dos serviços de saúde (8,6%). Recursos auditivos e materiais disponíveis em braille foram encontrados em menos de 1% dos serviços. (CONDESSA et al, 2020, p. 6).

No estudo supracitado, foi possível perceber a partir das entrevistas com profissionais da área da saúde, a identificação de problemas na comunicação com usuários surdos, devido ao desconhecimento dos mesmos diante a Língua Brasileira de Sinais, ocasionando na necessidade de utilizar métodos improvisados, tais como leitura labial, utilização de blocos de notas e do auxílio de terceiros para “traduzir” a fala do paciente.

Ao precisar de uma segunda pessoa no processo de coleta de dados, um direito do paciente não é respeitado: o sigilo. Além disso, pode ocasionar também um constrangimento no usuário. Foram apontados dificuldades de elaborar um prontuário corretamente, possíveis diagnósticos errôneos e tratamento inadequado para a patologia.

Vale ressaltar que deficientes auditivos que têm maiores níveis de escolaridade conseguem ter um melhor entendimento das informações que são passadas pelo profissional da saúde, ainda que a LIBRAS não esteja sendo utilizada. (SANTOS, 2019).

A comunicação é um fator chave na interação dos usuários com o sistema de saúde, portanto os profissionais têm uma responsabilidade moral e legal com os usuários surdos, visto que a saúde é um direito de todos e que deve ser prestada de forma igualitária (SOARES; LIMA; SANTOS; FERREIRA, 2018).

O estudo realizado na região da Múrcia, na região sudeste da Espanha, expõe uma realidade semelhante à do Brasil em relação às dificuldades no atendimento de usuários

surdos, pela dificuldade na comunicação entre profissionais e paciente. A falta de preparo da equipe profissional em situações em que teriam que lidar com usuários surdos, ocasiona em uma insegurança dos pacientes, produzindo um aumento na busca de atendimento no setor privado. (FUENTES; BRAVO; GUILLÉN, 2019, p. 304).

O Conselho da Europa para a Promoção de Direitos (2006-2015), insiste na implementação de serviços de qualidade para as pessoas com deficiência com profissionais qualificados na atenção primária, afinal quanto menor a qualidade no atendimento, maior será a insatisfação com a assistência, logo causará um aumento da demanda no serviço hospitalar. (FUENTES; BRAVO; GUILLÉN, 2019, p. 304).

Portanto, deve-se investir na capacitação dos profissionais de saúde, pois eles são os responsáveis pelo acolhimento do paciente, a capacitação terá impacto na qualidade do atendimento e do cuidado com o paciente. Os treinamentos/capacitações da equipe são importantes para a diminuição das barreiras da comunicação nos serviços de saúde, essa conclusão é percebida pelos próprios profissionais. (CONDESSA et al, 2020)

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AUXILIAM NA ACESSIBILIDADE

Desde 1988 a sociedade possui a Constituição Federal que declara que todo brasileiro possui direitos (RODRIGUES, 2014, p. 732), logo, por obviedade, a população surda brasileira está inserida na fala da Constituição, sendo assim, é inegável o dever que o Governo tem com relação às garantias eficazes de acessibilidade a fim de que esta minoria populacional possa estar efetivamente inserida nas relações sociais, além disso, o incentivo governamental estimula a adesão da sociedade e inclusive dos profissionais da saúde quanto ao envolvimento com essas pessoas. Contudo, os deficientes auditivos já possuem o seu direito de comunicação através da LIBRAS previamente negado, uma vez que, sua língua é ignorada na maioria dos locais públicos (SANTOS, 2019).

O Decreto de Lei nº 5626 de 2005 traz em seu capítulo VII a garantia de direito e acesso à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Desde então, inúmeras políticas públicas têm sido elaboradas com o intuito de melhorar a assistência e o cuidado desses pacientes. No entanto, percebe-se que o estabelecimento desses direitos em lei é algo relativamente recente, o que leva a uma lenta mudança na rede de cuidados e nas relações interpessoais.

Assim, compreende-se que aos poucos a assistência de saúde está rompendo paradigmas e indo de encontro ao estabelecimento de suportes entre o paciente e o

profissional, como se entende na teoria de enfermagem ditada por Madeleine Leininger, a qual defende o entendimento do ser como um todo para a efetivação do seu cuidado (IANNI; PEREIRA, 2009).

Desafios históricos e socioculturais encontrados na vivência do deficiente auditivo

Na vida das pessoas com deficiências, encontram-se inúmeros desafios socioeconômicos. Primeiramente, pode-se citar que esses indivíduos sofrem com a invisibilidade que o meio social os proporciona, de modo que passam a ser ignorados pelas políticas públicas e pelos próprios cidadãos que os cercam. Nesse sentido, há dificuldade para ingressar no mercado de trabalho e para ter acesso à saúde, além de haver obstáculos para estruturar uma rede de cuidado (MUNGUBA; VIEIRA; PORTO, 2015, p. 5).

Entende-se, então, que se trata de desafios enraizados na dinâmica da sociedade, que, historicamente, desconsidera os diferentes e os mantém à margem social. Contudo, uma das diretrizes do SUS é a equidade, e para tanto, o mesmo nos últimos anos vem expandindo os seus serviços e políticas para alcançar uma assistência de qualidade, mas, na prática, o que se encontra são outros desafios. A exemplo tem-se a falta de capacitação e sensibilização profissional, além do reconhecimento dos indivíduos surdos e suas particularidades (MUNGUBA; VIEIRA; PORTO, 2015, p. 5).

Além da comunicação, observam-se outras barreiras que impedem os deficientes auditivos de usufruir dos serviços de saúde em sua total integralidade.

As barreiras a esse acesso podem ser classificadas em três categorias: estrutural, financeira e pessoal/cultural. Essas barreiras não comprometem o acesso exclusivamente das pessoas com deficiência, mas tendem a ser mais graves para essa parcela da população (CONDESSA et al, 2020, p. 2).

O descumprimento da proposta do Sistema Único de Saúde (SUS), que visa buscar uma assistência à saúde com universalidade, igualdade e equidade, fez o Programa de Educação pelo Trabalho (PET) instigar os profissionais através de uma “busca ativa” por usuários surdos, que então eram desconhecidos na região. O método de procura tem a finalidade de ajudar o profissional a entender e se integrar a uma realidade cultural de um usuário, assim torna-se mais fácil a percepção da surdez como uma diferença e não uma patologia, tendo a finalidade de perceber a deficiência como uma diferença e não falta, para então poder diminuir os movimentos de exclusão e inferiorização produzidos pelo estigma da

deficiência, tornando perceptível a importância da conscientização dos profissionais de saúde. (BEGROW; SANTOS; JESUS; BISPO; SOUZA; COSTA, 2018, p. 761).

A cultura de uma sociedade é, geralmente, quase imutável e enraizada, portanto, o fato de tentar modificá-las pode ser considerado inútil e irrelevante, no entanto, há casos que o esforço compensa, pois a causa é nobre:

Os direitos dos surdos são garantidos e regulamentados por lei, esta determina atendimentos nos serviços públicos de saúde por profissionais capacitados para o uso da LIBRAS ou para sua tradução e interpretação. Porém, percebe-se que, geralmente, a identidade cultural da comunidade surda não é considerada, o que desvaloriza o indivíduo e viola seus direitos de igualdade nos atendimentos em saúde (SANTOS, 2019, p. 6).

Um estudo de 2016 revelou outros desafios referentes à infraestrutura inapropriada, além da carência de recursos e materiais visuais interativos para uma assistência de qualidade e equidade. Esse fator é lamentável, pois percebe-se que a aquisição desses instrumentos facilita a interação na consulta, principalmente quando se trata de um paciente com surdez severa que não tem domínio da Língua Brasileira de Sinais. Além disso, a falta de capacitações e investimento na língua de sinais nos cursos de graduação também são queixas da equipe de saúde multiprofissional, ademais, os mesmos alegam não haver treinamentos específicos no ambiente de trabalho para que os ajudem a comunicar e conduzir os pacientes deficientes auditivos para uma consulta de acolhimento (DE FRANÇA, 2016, p. 110).

Visão da equipe multiprofissional frente ao acolhimento e acessibilidade

É de conhecimento geral que o agente comunitário de saúde é um mediador entre a equipe e a comunidade. No cenário do deficiente auditivo, foram feitos estudos que demonstraram, que a aliança entre esses e as ações educativas promovidas pelos enfermeiros promovem cuidados de qualidade a esse público (MAIA; PAGLIUCA; ALMEIDA, 2014).

Os profissionais de saúde são os principais facilitadores para o acesso e acolhimento dos pacientes, com isso observa-se que a equipe de saúde deve ser o foco para que haja as mudanças necessárias, e um dos recursos mais eficazes para que isso ocorra é a educação permanente em saúde. A partir disto, espera-se que um melhor atendimento, com serviços adequados, diminuição ou remoção das barreiras de comunicação, e um acolhimento ideal para os pacientes aconteçam. (CONDESSA et al, 2020).

Considerações finais

O estudo teve por objetivo refletir sobre a acessibilidade dos deficientes auditivos na Atenção Básica por intermédio da leitura e interpretação de estudos feitos neste cenário. Aliado a isso, embasou-se em literaturas clássicas da sociologia bem como nos fundamentos de enfermagem, ambos contribuindo para o aspecto sociocultural desta pesquisa.

Percebe-se que os obstáculos entre os profissionais de saúde e os deficientes auditivos são fatores que diminuem a adesão do paciente ao tratamento, bem como, dificulta o acolhimento e a procura por serviços na atenção básica. Sendo assim, observa-se a necessidade de qualificar a comunicação dos profissionais de saúde quanto a LIBRAS, além de outras formas de comunicação supracitados. Como por exemplo, a não-verbal a fim de levar o atendimento ao paciente com deficiência ao nível de qualidade e melhorar a comunicação, que é uma ferramenta necessária para a compreensão do tratamento para o paciente. Ademais, outros desafios de cunho histórico, social e cultural são encontrados, o que se leva a considerar que seus direitos garantidos por lei, não são respeitados por diversos setores da sociedade pós-moderna.

Por fim, entende-se que a assistência prestada a este público demanda de inúmeros profissionais previamente capacitados através da inserção da LIBRAS como disciplina obrigatória na graduação e educação permanente, visto que a formação diferenciada levará a uma visão inovadora da saúde, bem-estar e acolhimento.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEGROW, De Vit et al. A (in)visibilidade do surdo na atenção primária: relato de experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 753-762, 2018.

BRASIL. **Diretrizes para organização da rede de atenção à saúde do SUS, Ministério da Saúde**. Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/anexos/anexos_prt4279_30_12_2010.pdf Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. **Estatísticas de Gênero**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643> Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual instrutivo do Pmaq para as equipes de Atenção Básica** (Saúde da Família,

Saúde Bucal e Equipes Parametrizadas) e Nasf / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Disponível em

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_pmaq_atencao_basica.pdf.

Acesso em 23 abr. 2021.

BRASIL. **Oficina Nacional de Planejamento no âmbito do SUS**. Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/14/redes.pdf> Acesso em: 23

de abril de 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ)**. Ministério da Saúde. Disponível em:

https://aps.saude.gov.br/ape/pmaq#:~:text=Programa%20Nacional%20de%20Melhoria%20do_oferecidos%20aos%20cidad%C3%A3os%20do%20territ%C3%B3rio Acesso em: 23 abr.

2021.

BRASIL. **SMS alerta para cuidados com a audição**. Prefeitura de São Paulo, 2018.

Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=267061>

Acesso em: 23 abr. 2021.

CARLOS, Heloá Caramuru; MARIANI, Ruth; GOMES, Suzete Araújo de Oliveira Atividade lúdica sobre parasitose intestinal para surdos e deficientes auditivos. **Ensino, Saude e Ambiente**, v. 12, n. 1, p. 34-57, 2019. <https://doi.org/10.22409/resa2019.v12i1.a21633>

FUENTES, Pedro Simón Cayuela; BRAVO, María del Mar Pastor; GUILLÉN, María de los Ángeles Conesa. Calidad asistencial percibida y satisfacción de las personas sordas con la atención primaria de un Área de Salud de la Región de Murcia. **Enfermería Global**, v. 18, n. 54, p. 303-322, 2019. <http://dx.doi.org/10.6018/eglobal.18.2.344761>

CONDESSA, Aline Macarevich; GIORDANI, Jessye Melgarejo do Amaral ; NEVES, Matheus; HUGO, Fernando Neves; HILGERT, Juliana Balbinot. Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1-14, 2020.

<https://doi.org/10.1590/1980-549720200074>

CUNHA, Raiane Pereira Silva; PEREIRA, Mayara Candida; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Enfermagem e os cuidados com pacientes surdos no âmbito hospitalar. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 8, n. 3, p. 367-377, 2019.

<https://doi.org/10.36239/revisa.v8.n3.p367a377>

MUNGUBA, Marilena Calderaro; VIEIRA, Ana Cléa Veras Camurça; PORTO, Chrystiane Maria Veras. Da invisibilidade à participação social: promoção da saúde em pessoas com deficiência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 28, n. 4, p. 463-465, 2015.

<https://doi.org/10.5020/18061230.2015.p463>

DE FRANÇA, Eurípedes Gil et al. Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa. **Ciencia y Enfermería**, v. 22, n. 3, p. 107-116, 2016. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/pdf/cienf/v22n3/0717-9553-cienf-22-03-00107.pdf> Acesso em: 23 de abril de 2021.

IANNI, Aurea; PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. Acesso da comunidade surda à rede básica de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 18, p. 89-92, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000600015>

MACAREVICH, Aline Macarevichet al. Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível. **Revista brasileira de epidemiologia**. São Paulo. Vol. 23 (maio 2020), p. 1-14, E200074, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200074>

MAIA, Evanira Rodrigues; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; ALMEIDA, Paulo César de. Aprendizagem do agente comunitário de saúde para identificar e cadastrar pessoas com deficiência. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 4, p. 326-332, 2014. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201400055>

RODRIGUES, Silvia Cristina Martini.; DAMIÃO, Gardênia Costa. Ambiente virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de atenção básica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 4, p. 731-738, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000400022>

SANTOS, Alane Santana.; PORTES, Arlindo José Freire. Percepções de sujeitos surdos sobre a comunicação na Atenção Básica à Saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**; 27:e3127, 2019. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2612.3127>

BRAGA, Cristiane Giffoni; SILVA, José Vitor. Teorias de enfermagem. **São Paulo: Iatria**, 2011.

SOARES, Imaculada Pereira et al. Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Sobre as autoras e sobre os autores

Brenda da Silva França

Graduanda de Enfermagem na Universidade de Vassouras. Aluna de iniciação científica e integrante do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). Atuou na concepção/execução da pesquisa e na construção/redação do texto e revisão de normas.

Victória Ribeiro Teles

Acadêmica de Enfermagem na Universidade de Vassouras. Aluna de iniciação científica e integrante do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). Atuou na execução da pesquisa, construção do texto e revisão de normas.

Taís Souza Rabelo

Acadêmica de Enfermagem na Universidade de Vassouras. Aluna de iniciação científica e integrante do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). Atuou na execução da pesquisa, construção do texto e revisão de normas.

Paulo Ricardo dos Santos Pinheiro

Acadêmico de Enfermagem na Universidade de Vassouras Campus Maricá. Aluno de iniciação científica e integrante do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). Atuou na execução da pesquisa e construção do texto.

Gabriel Maranduba Littleton Lage

Graduado em Enfermagem pela Universidade de Vassouras (2021). Formado em Técnico de Alimentos pelo SENAI Vassouras – RJ (2015). Fundador da Liga Acadêmica de Infectologia em Enfermagem na Universidade de Vassouras. Aluno de iniciação científica e integrante do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). Possui experiência nas áreas de Urgência e Emergência, práticas laboratoriais com ênfase em Análises Clínicas, Microbiologia e Técnicas Histológicas. Atuou na execução da pesquisa e construção do texto.

Márcia Cristina Moccellin

Bacharel e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Gama Filho (1988) e Psicóloga pela Universidade Gama Filho (1989). Especialização como Psicoterapeuta na Abordagem Existencial Humanista pelo Centro de Psicologia Humanista Niterói (1995). Especialização em Psicopedagogia do Cotidiano Escolar pela UNIGRANRIO (1997). Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica em Alfabetização, Leitura e Escrita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Aperfeiçoamento em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015). Especialização em Orientação Educacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018). Mestrado Profissional em Ensino na Saúde: Formação Docente Interdisciplinar para o SUS (em andamento). Aluna de iniciação científica e integrante do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). Atuou na execução da pesquisa e construção do texto.

Marilei de Melo Tavares

Psicóloga. Pós-doutorado pela UERJ. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem – Mestrado Profissional Ensino na Saúde: Formação docente interdisciplinar para o SUS da Universidade Federal Fluminense – UFF. Líder do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente, Arte e Emoções em saúde (Nupetmae-CNPq). É Editora Executiva da Revista Pró-UniverSUS e Membro do Conselho Editorial de Revistas da Editora da Universidade de Vassouras. Coordena Projeto de Extensão Universitária na área de saúde. Coordena Projetos de Pesquisa com colaboração de docentes de instituições Públicas de Ensino Superior. Professora Adjunto do Curso de Enfermagem da Universidade de Vassouras. RJ, Brasil. Membro da Rede de Pesquisa em Espiritualidade e Saúde – RPES. Aplica-se a produção de conhecimentos relativos ao ensino de Psicologia, Ciências da Saúde e do Ambiente, com ênfase em: saúde do trabalhador, psicologia da saúde, bioética, representação social, espiritualidade, religiosidade, criatividade e arte. Atuou no delineamento da pesquisa e revisão do texto.